



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 São Miguel do Guamá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **São Miguel do Guamá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

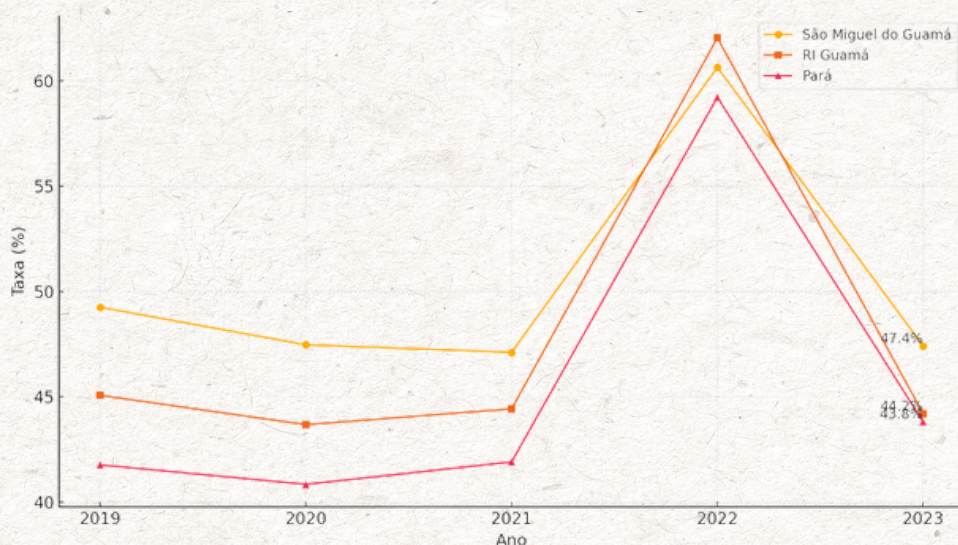
Em São Miguel do Guamá, a taxa de pobreza iniciou em 2019 com 49,3%, caindo para 47,4% em 2020 e 47,1% em 2021. Em 2022, houve um pico expressivo para 61,5%, seguido de uma redução significativa para 47,4% em 2023. Na Região de Integração do Guamá, o indicador começou em 45,0% em 2019, caiu para 43,6% em 2020, manteve-se estável em 2021 e subiu fortemente para 62,0% em 2022, caindo novamente para 44,8% em 2023. Já o Pará teve uma trajetória semelhante, saindo de 41,7% em 2019, com leve queda para 40,7% em 2020, seguida de alta até 59,3% em

2022 e retração para 43,8% em 2023. O pico de 2022 sugere forte impacto socioeconômico, possivelmente ligado à pandemia de COVID-19 (Gráfico 1).

Apesar das variações, o ano de 2023 marca uma recuperação nos três níveis, voltando a patamares semelhantes ou melhores que os observados em 2019. São Miguel do Guamá se manteve com os maiores percentuais ao longo do período, demonstrando maior vulnerabilidade socioeconômica em relação à sua Região de Integração e ao estado. A redução abrupta entre 2022 e 2023 (de 61,5% para

47,4% no município) pode indicar retomada de políticas públicas, reativação econômica ou atualização metodológica. A convergência dos dados em 2023 nos três territórios sinaliza estabilização após o choque pandêmico (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

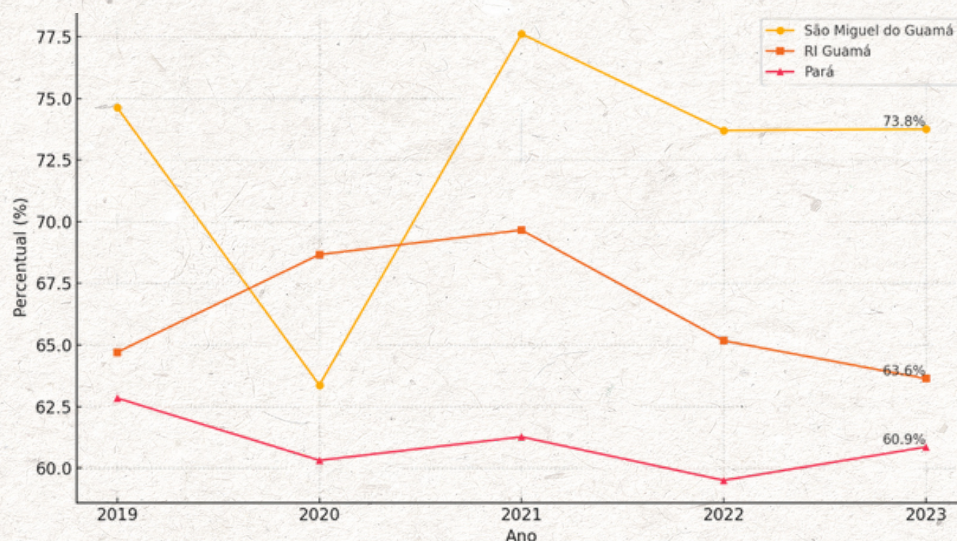
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em São Miguel do Guamá, o percentual destinado a serviços essenciais era de 74,9% em 2019. Houve queda para 63,3% em 2020, seguida de elevação expressiva para 77,8% em 2021. Em 2022, esse valor caiu para 73,8% e permaneceu constante em 2023. Na RI Guamá, os valores variaram de 64,7% em 2019, subindo gradualmente até 69,6% em 2021, e depois recuando para 65,2% em 2022 e 63,6% em 2023. No Pará, a série iniciou com 62,8% em 2019, caiu para 60,3% em 2020, manteve relativa estabilidade até atingir 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Nota-se que São Miguel do Guamá teve um comportamento mais volátil, com forte oscilação entre 2020 e 2021, enquanto a RI e o Estado apresentaram trajetória mais estável, ainda que com tendência decrescente a partir de 2021. A queda geral nos percentuais após 2021 pode refletir aumento proporcional de gastos com outras funções públicas (como encargos especiais ou infraestrutura), além de impactos fiscais pós-pandemia. Ainda assim, o município manteve-se acima da média estadual durante todo o período, indicando priorização dos serviços essenciais no orçamento local (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

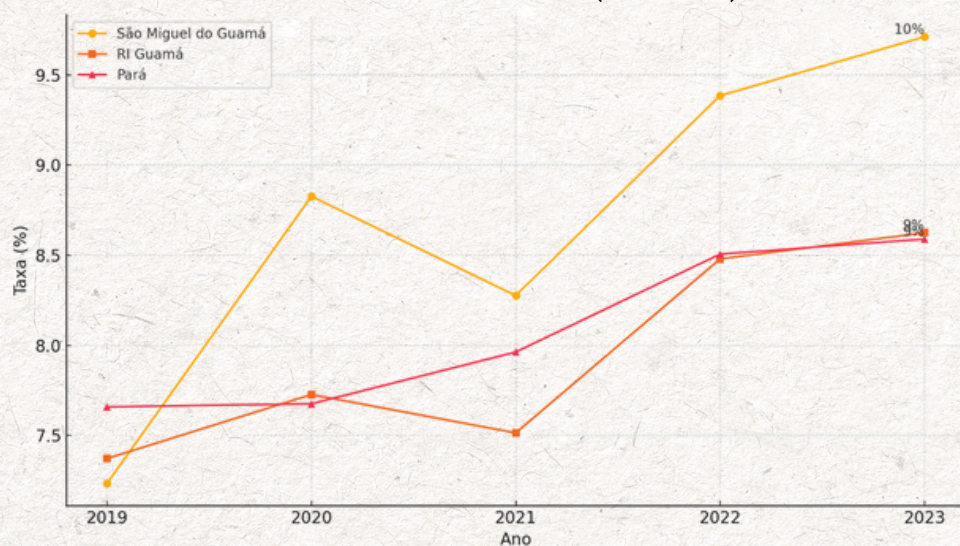
Em São Miguel do Guamá, o percentual de nascidos vivos com baixo peso iniciou em 2019 com 7,3%, crescendo para 8,8% em 2020, apresentando leve redução para 8,3% em 2021 e voltando a subir significativamente para 9,4% em 2022 e 10% em 2023. Na RI Guamá, o indicador iniciou em 7,3% em 2019, subiu para 7,7% em 2020, recuou a 7,5% em 2021, e cresceu para 8,5% em 2022 e 8,8% em 2023. No Pará, os valores foram: 7,7% (2019), 7,7% (2020), 7,9% (2021), 8,5% (2022) e 8,8% (2023) (Gráfico 3).

Nota-se uma tendência cres-

cente em todas as esferas territoriais, com destaque para o município de São Miguel do Guamá, que ultrapassou a marca de 10% em 2023, apresentando o maior valor da série. Esse aumento contínuo é um alerta importante, pois o baixo peso ao nascer é um indicador associado à desnutrição materna, falta de acesso a pré-natal de qualidade e condições socioeconômicas precárias. A elevação geral nos três níveis sugere agravamento de fatores estruturais ou ausência de políticas públicas de saúde eficazes no enfrentamento desse problema (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

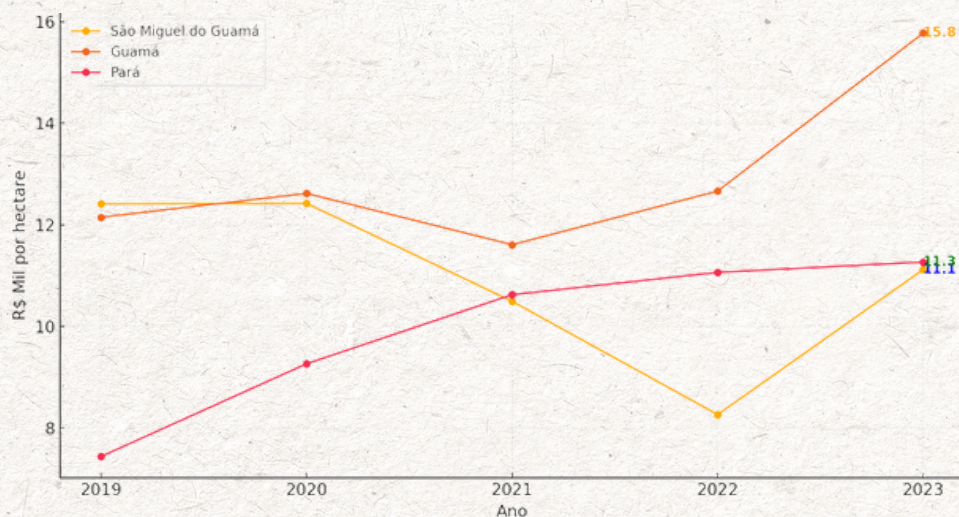
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em São Miguel do Guamá, a produtividade agrícola foi de R\$ 12,4 mil/ha em 2019, subindo levemente para R\$ 12,5 mil/ha em 2020. Em 2021 houve queda para R\$ 10,6 mil/ha e em 2022 caiu ainda mais para R\$ 8,3 mil/ha. Em 2023, houve recuperação parcial para R\$ 11,1 mil/ha. A RI Guamá, por outro lado, mostrou maior robustez: começou com R\$ 11,9 mil/ha (2019), e atingiu R\$ 15,8 mil/ha em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, de R\$ 7,4 mil/ha (2019) para R\$ 11,1 mil/ha (2023) (Gráfico 4).

Fica evidente que São Miguel do Guamá enfrentou perdas de produtividade entre 2020 e 2022, enquanto sua região e o estado mostraram evolução mais consistente. As quedas podem estar associadas a fatores como condições climáticas adversas, baixa mecanização, redução de investimentos ou impactos da pandemia. A recuperação de 2023 é um sinal positivo, mas ainda insuficiente para retomar os níveis pré-crise. Em contraste, a RI Guamá destaca-se como polo produtivo com melhora progressiva, o que pode indicar maior resiliência da agricultura regional (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

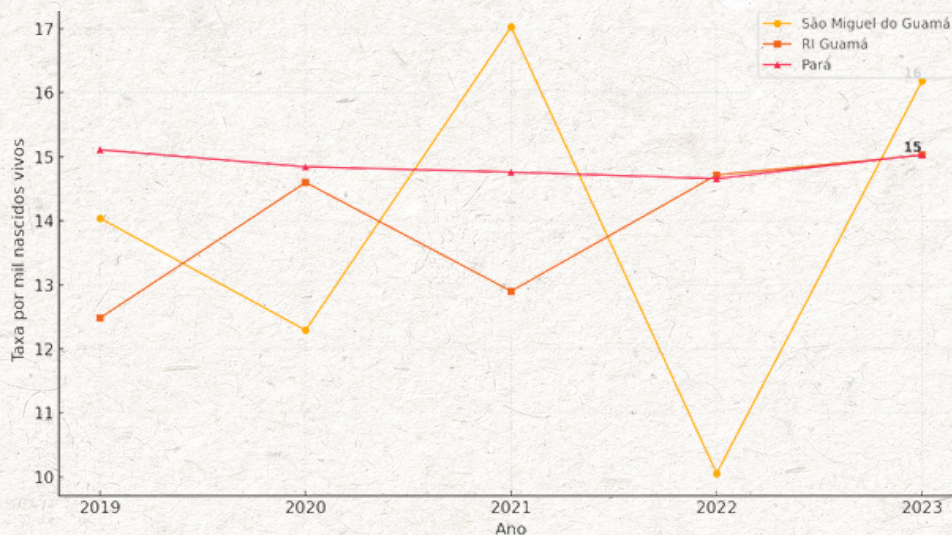
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

A taxa de mortalidade infantil em São Miguel do Guamá iniciou em 14,0‰ em 2019, caiu para 12,4‰ em 2020, depois subiu bruscamente para 17,0‰ em 2021. Em 2022, teve queda acentuada para 10,0‰, seguida de novo aumento para 16,0‰ em 2023. Já na RI Guamá, os dados mostraram variações mais moderadas, saindo de 12,5‰ em 2019, alcançando pico de 14,6‰ em 2020, e oscilando entre 12,9‰ e 14,8‰ nos anos seguintes. O Pará manteve-se mais estável, com taxas entre 15,2‰ em 2019 e 15,0‰ em 2023, sem grandes flutuações (Gráfico 5).

A oscilação em São Miguel do Guamá revela instabilidade nos determinantes da saúde infantil e possível fragilidade dos serviços locais de atenção básica e pré-natal. O pico de 17,0‰ em 2021 pode ter relação com efeitos tardios da pandemia, ao passo que a queda em 2022 e o novo aumento em 2023 sugerem que melhorias podem não ter sido sustentadas. A estabilidade do indicador no nível estadual e a menor variabilidade na RI Guamá reforçam que o município apresenta vulnerabilidades específicas e necessita de ações de saúde pública mais consistentes e contínuas (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

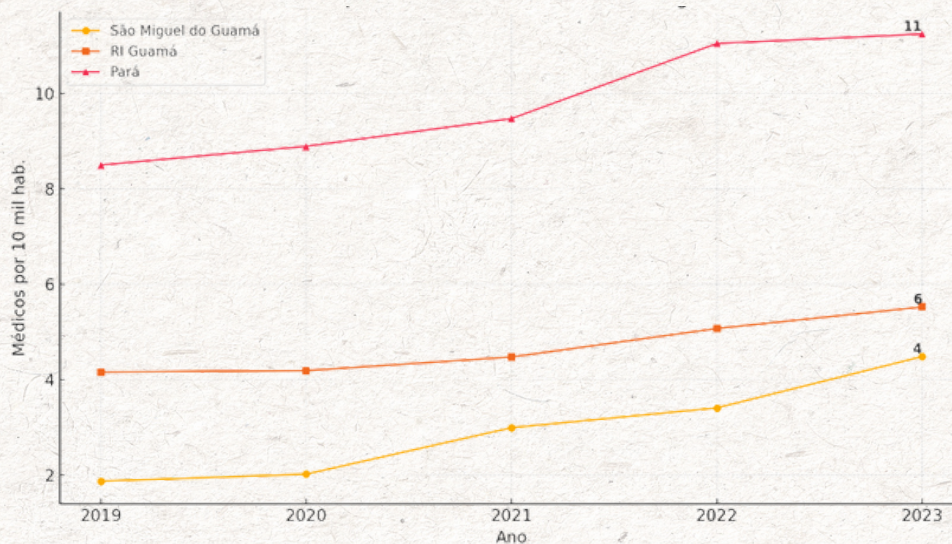
Em São Miguel do Guamá, o número de médicos por 10 mil habitantes cresceu de 1,8 em 2019 para 2,0 em 2020, 3,0 em 2021, 3,4 em 2022 e 4,5 em 2023. Na RI Guamá, os valores evoluíram de 4,2 em 2019 para 6,0 em 2023, com crescimento contínuo ao longo do período. No Pará, o número partiu de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019, crescendo anualmente até alcançar 11,0 em 2023, sendo o mais alto entre os três níveis analisados (Gráfico 6).

Apesar do crescimento expressivo em

São Miguel do Guamá — com aumento de 150% entre 2019 e 2023 —, o município ainda possui a menor densidade médica entre os três recortes. Esse déficit pode estar diretamente relacionado à dificuldade de retenção de profissionais, ausência de incentivos e infraestrutura precária, o que também pode influenciar indicadores como mortalidade infantil. O avanço do estado é positivo, mas persiste o desafio de interiorizar os serviços de saúde e reduzir as desigualdades regionais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

São Miguel do Guamá iniciou o período com 240 vagas por mil habitantes em 2019, caindo para 233 em 2020 e subindo gradualmente até atingir 263 em 2022. Em 2023, observou-se uma queda para 237 vagas. A RI Guamá seguiu uma trajetória parecida, com 216 vagas em 2019, redução até 209 em 2020 e aumento até 215 em 2022, mas terminou com 190 vagas em 2023. Já o estado do Pará começou com 211 vagas em 2019 e caiu para 198 em 2023, após leve alta em 2022 (219) (Gráfico 7).

Os dados mostram que São Miguel do Guamá manteve níveis de oferta de vagas superiores à média estadual e da sua RI ao longo de todo o período, embora tenha sofrido retração em 2023. A queda generalizada no último ano pode estar ligada a reorganizações administrativas, redução populacional escolar ou reestruturações pós-pandemia. Ainda assim, a capacidade do município de manter alta taxa de vagas per capita até 2022 indica esforço significativo na garantia do acesso à educação pública (Gráfico 7).

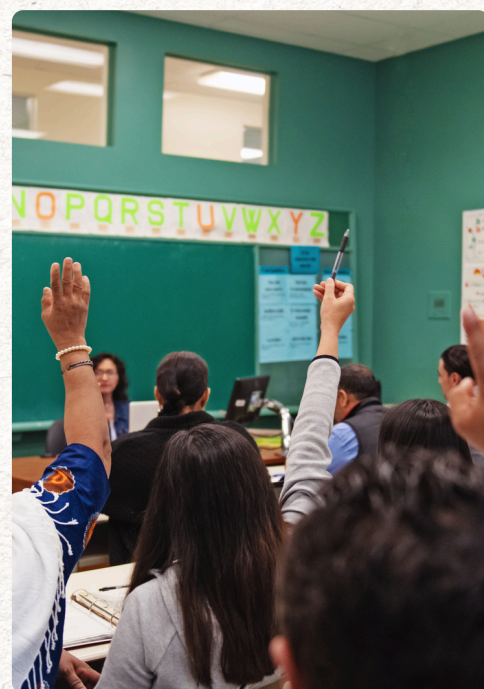
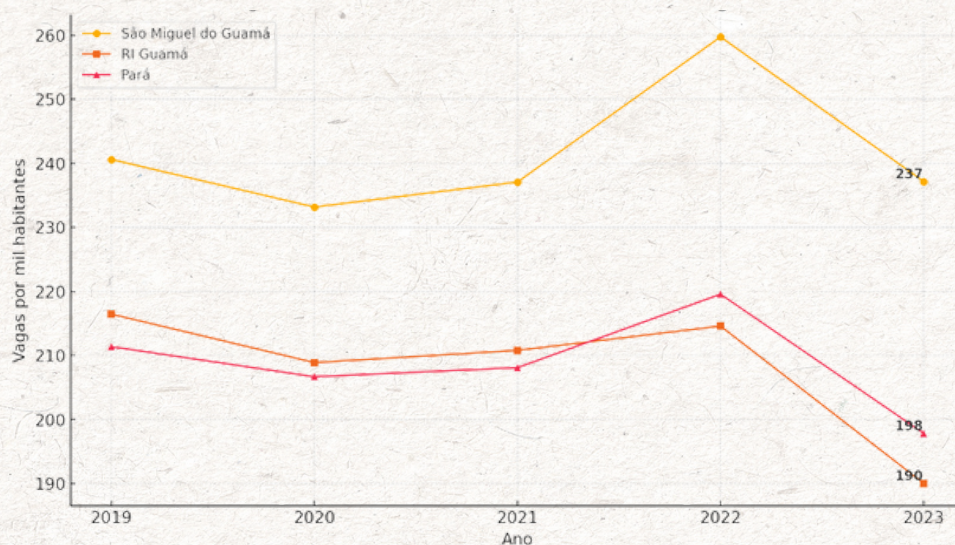


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 237 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

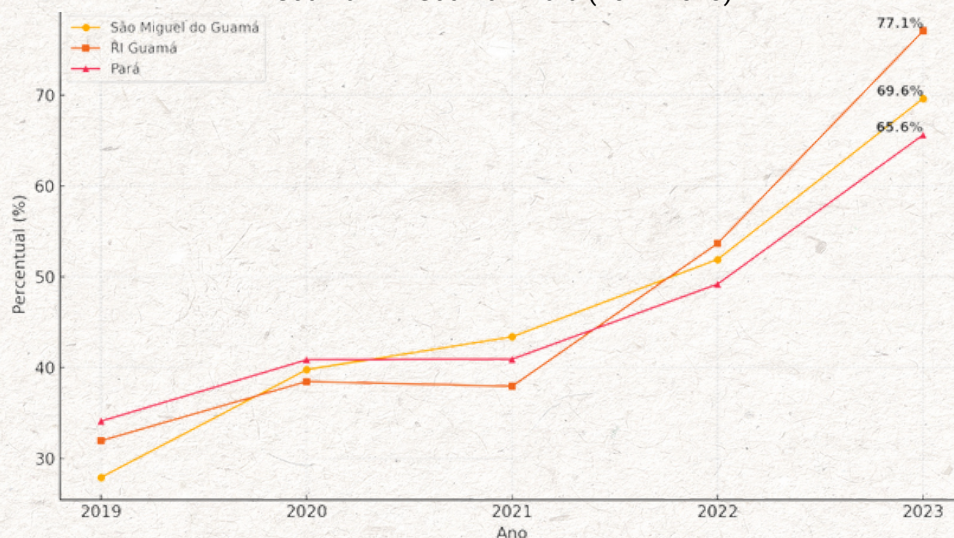
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em 2019, apenas 27,7% das escolas de São Miguel do Guamá tinham acesso à internet. O número cresceu para 38,9% em 2020, 43,0% em 2021, 52,0% em 2022 e atingiu 69,6% em 2023. Na RI Guamá, os dados partiram de 32,0% em 2019, subindo para 77,1% em 2023, sendo o maior percentual entre os recortes analisados. Já o estado do Pará registrou 34,5% em 2019 e chegou a 65,6% em 2023, também com trajetória crescente (Gráfico 8).

Esse avanço reflete políticas de conecti-

vidade educacional implementadas nos últimos anos, com maior destaque a partir da pandemia de COVID-19, que acelerou a digitalização das escolas. Embora São Miguel do Guamá tenha iniciado em patamar mais baixo, apresentou forte crescimento no acesso à internet nas escolas e reduziu a distância em relação à média estadual. O ritmo de expansão evidencia progressos relevantes na inclusão digital, ainda que persistam desafios para alcançar a universalização no município (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

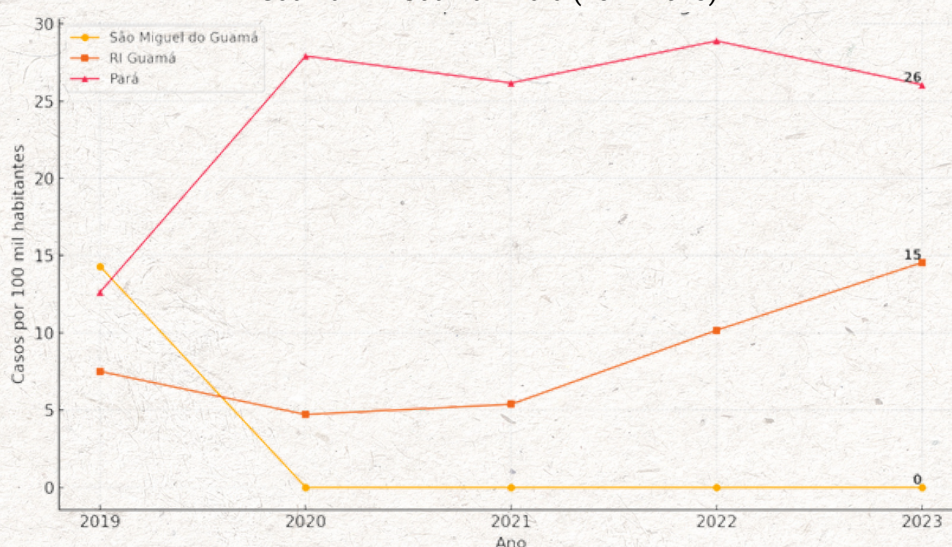


Em São Miguel do Guamá, o indicador começou em 14,3 casos por 100 mil habitantes em 2019, mas caiu abruptamente para 0,0 a partir de 2020, permanecendo assim até 2023. Na RI Guamá, a taxa era de 7,6 em 2019, caiu para 4,7 em 2020, e cresceu progressivamente até atingir 14,8 em 2023. O Pará apresentou aumento expressivo de 12,7 em 2019 para 28,0 em 2020, mantendo valores elevados nos anos seguintes e encerrando 2023 com 26,0 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).



A ausência de registros em São Miguel do Guamá durante quatro anos consecutivos provavelmente reflete subnotificação e não ausência real de casos, o que compromete a efetividade do monitoramento. Em contrapartida, a elevação dos índices na RI Guamá e no Pará pode indicar maior visibilidade do problema e melhorias nos mecanismos de denúncia. A discrepância entre os níveis territoriais aponta para necessidade de reforço na rede de proteção local, capacitação de agentes públicos e campanhas de conscientização voltadas à denúncia e enfrentamento da violência doméstica (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

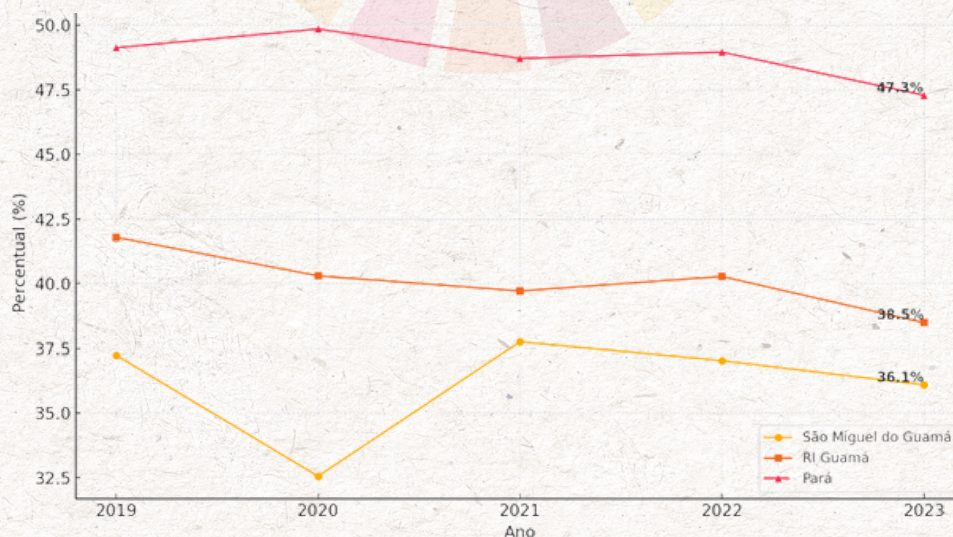
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em São Miguel do Guamá, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres era de 37,2% em 2019, caiu para 32,6% em 2020, subiu para 37,8% em 2021, manteve-se relativamente estável em 2022 com 37,0%, e recuou para 36,1% em 2023. Já na RI Guamá, a proporção iniciou em 41,9% em 2019, decresceu gradualmente até atingir 38,5% em 2023, com uma leve oscilação positiva em 2022 (40,3%). O estado do Pará apresentou os maiores percentuais durante todo o período, variando entre 49,5% (2020) e 47,3% (2023), mantendo-se próximo à paridade (Gráfico 10).



O comportamento em São Miguel do Guamá demonstra certa instabilidade, sem trajetória de crescimento sustentado, e ainda abaixo das médias da RI e do Estado. Embora tenha havido uma recuperação entre 2020 e 2021, o indicador voltou a cair nos anos seguintes, o que sugere a ausência de políticas afirmativas consistentes para promoção da liderança feminina. Em contraste, o desempenho do estado mostra um compromisso mais firme com a equidade de gênero em posições de gestão. O município necessita de incentivos específicos voltados à qualificação, empoderamento e inserção de mulheres em cargos estratégicos (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

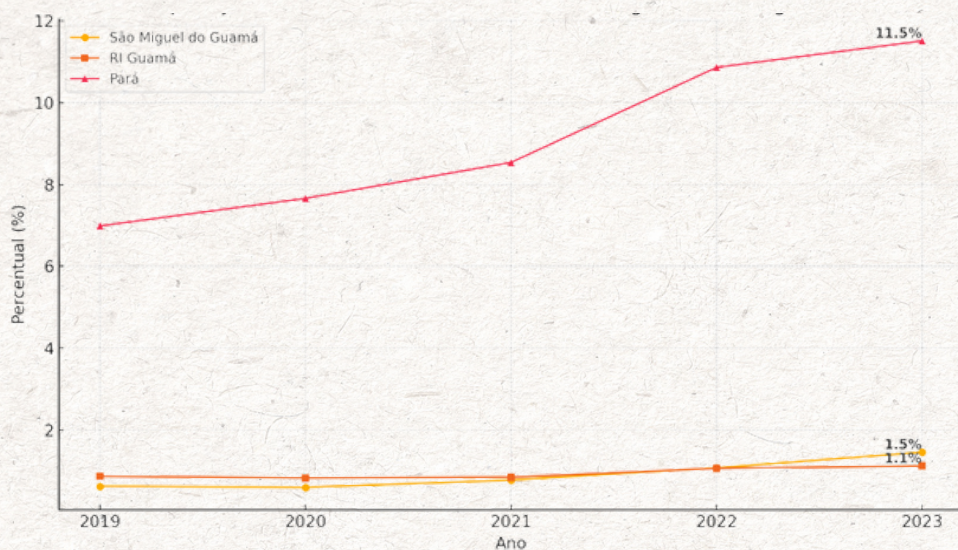
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em São Miguel do Guamá, apenas 0,7% da população de baixa renda contava com coleta de esgoto em 2019, valor que permaneceu praticamente inalterado até 2021. Em 2022, o índice cresceu para 1,1% e atingiu 1,5% em 2023. Na RI Guamá, a variação foi semelhante: partiu de 0,9% em 2019 e subiu para 1,1% em 2023. O estado do Pará, por outro lado, apresentou crescimento contínuo e mais expressivo, indo de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

A evolução tímida no município e na sua região contrasta fortemente com o avanço estadual, evidenciando disparidades no atendimento sanitário à população mais vulnerável. Mesmo com melhora recente, os percentuais ainda são extremamente baixos em São Miguel do Guamá, o que implica em risco sanitário e degradação da qualidade de vida. A expansão da cobertura do esgotamento sanitário é urgente para garantir dignidade básica e redução de doenças relacionadas à precariedade hídrica, sobretudo em comunidades de baixa renda (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

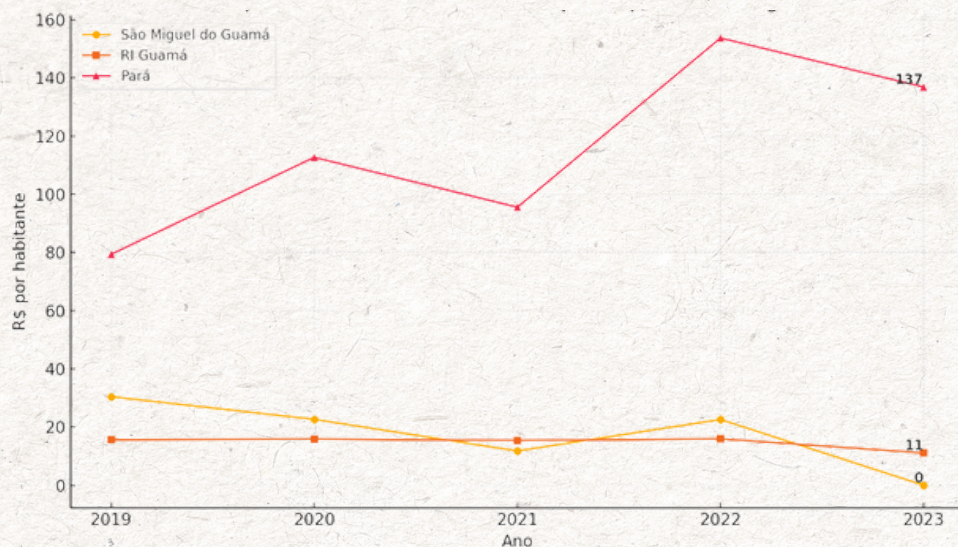
Em 2019, São Miguel do Guamá gastava R\$ 31 per capita com saneamento básico. Houve queda para R\$ 23 em 2020 e R\$ 13 em 2021, com leve recuperação para R\$ 24 em 2022. Porém, em 2023, o gasto despencou para apenas R\$ 0. A RI Guamá manteve valores mais estáveis, em torno de R\$ 15 durante todo o período, com pequena variação. O Pará apresentou aumento significativo: de R\$ 80 em 2019 para R\$ 154 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 137 per capita (Gráfico 12).

A drástica redução dos inves-

timentos no município, culminando em ausência total de gasto em 2023, é alarmante, principalmente diante da baixa cobertura de esgotamento sanitário. Esse cenário revela possível a não priorização do setor na agenda pública local, em contraste com o esforço crescente observado no nível estadual. Sem alocação orçamentária adequada, não há perspectiva de reversão do déficit estrutural em saneamento, o que prejudica diretamente a saúde pública e o desenvolvimento social do município (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

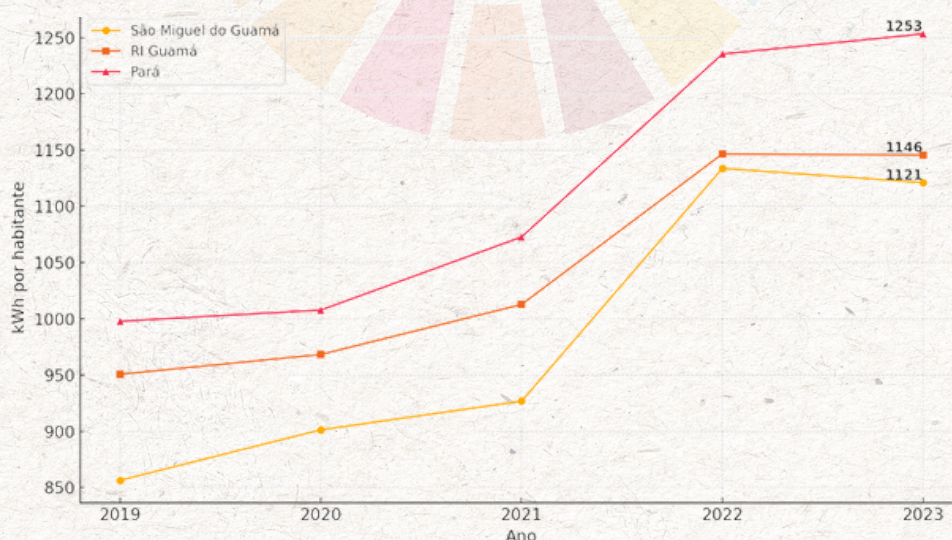


Em São Miguel do Guamá, o consumo médio de energia elétrica por habitante aumentou de 857 kWh/hab. em 2019 para 900 em 2020, chegando a 926 em 2021. Em 2022, houve salto para 1134 kWh/hab., seguido de leve recuo para 1121 em 2023. A RI Guamá partiu de 951 kWh/hab. em 2019 e manteve crescimento contínuo até 1146 em 2022 e 2023. Já o Pará apresentou os maiores valores, de 998 em 2019 até 1253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

O crescimento do consumo per capita reflete melhora nas condições de acesso à energia e maior inserção de domicílios na rede elétrica formal, principalmente entre 2021 e 2022. A leve queda em 2023 em São Miguel pode ter relação com fatores climáticos, tarifários ou políticas de consumo consciente. Ainda assim, o município reduziu a diferença que o separava do estado e da RI Guamá. O Pará, por sua vez, manteve tendência crescente e liderou o consumo em todos os anos analisados (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.121 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

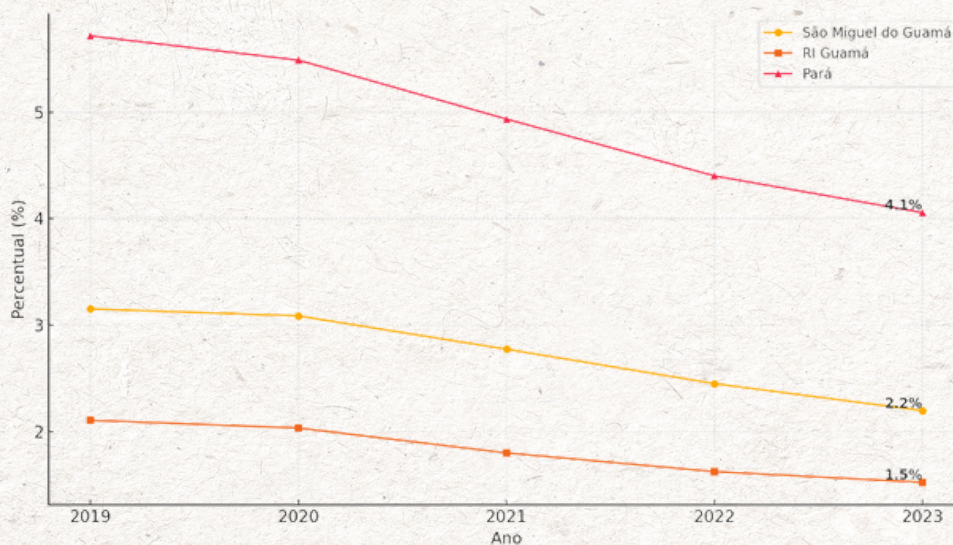
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em 2019, São Miguel do Guamá registrava 3,1% de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil. Esse percentual caiu para 3,1% em 2020, 2,8% em 2021, 2,5% em 2022 e 2,2% em 2023. A RI Guamá iniciou com 2,1% em 2019 e reduziu continuamente até atingir 1,5% em 2023. No estado do Pará, a taxa partiu de 5,7% em 2019 e caiu para 4,1% em 2023, mantendo-se como o pior desempenho entre os recortes (Gráfico 14).

A tendência de queda é clara nos três níveis territoriais, o que indica avanços na substituição de fontes precárias de energia, como lamparinas e velas, por acesso à rede elétrica. São Miguel do Guamá teve evolução positiva, mas ainda apresenta percentual superior à média da RI Guamá. O Pará segue com o maior índice de residências em situação de vulnerabilidade energética, embora com redução consistente. O desafio continua sendo expandir a infraestrutura elétrica em comunidades isoladas e populações de baixa renda (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

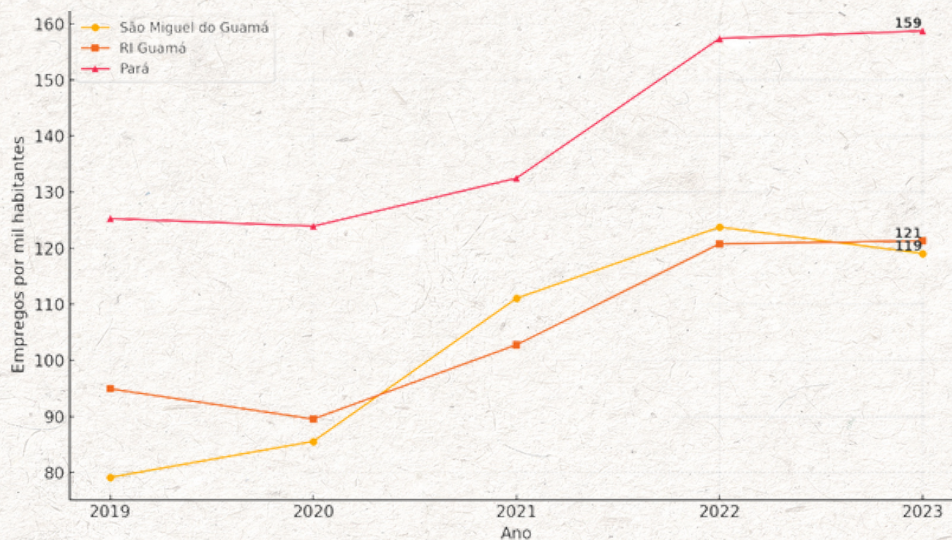


Empregos Formais por Mil Habitantes

O crescimento em São Miguel do Guamá entre 2020 e 2022 foi o mais acentuado entre os três níveis analisados, o que pode refletir políticas locais de incentivo ao emprego ou recuperação econômica pós-pandemia. No entanto, a queda de 124 para 119 em 2023 sugere algum desaquecimento ou ajuste no mercado formal local. A RI Guamá manteve estabilidade no último ano, e o Pará demonstrou trajetória contínua de expansão. Apesar do avanço, São Miguel ainda se mantém abaixo da média estadual, o que evidencia a necessidade de consolidar políticas que sustentem o crescimento do emprego formal (Gráfico 15).

Em São Miguel do Guamá, a quantidade de empregos formais por mil habitantes aumentou de 79 em 2019 para 86 em 2020, e teve expressivo crescimento nos anos seguintes: 111 em 2021, 124 em 2022, e leve queda para 119 em 2023. A Região de Integração do Guamá iniciou com 95 empregos em 2019, caiu para 90 em 2020, subiu para 103 em 2021, atingindo 121 em 2022 e mantendo esse valor em 2023. Já o estado do Pará mostrou desempenho mais robusto, indo de 126 em 2019 para 159 em 2023 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 119 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

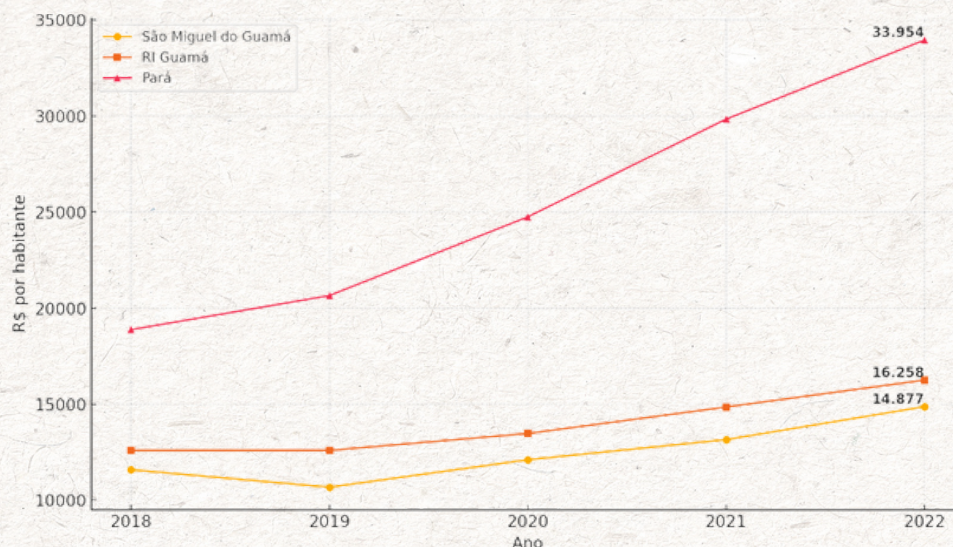
PIB per capita

São Miguel do Guamá apresentou um PIB per capita de R\$ 11.730 em 2018, recuando para R\$ 11.079 em 2019, e subindo gradualmente nos anos seguintes: R\$ 12.275 (2020), R\$ 13.073 (2021) e R\$ 14.877 em 2022. A RI Guamá começou com R\$ 12.656 em 2018, manteve-se estável até 2019, e aumentou até R\$ 16.258 em 2022. O estado do Pará teve o desempenho mais destacado, passando de R\$ 19.086 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, quase dobrando o valor nesse intervalo (Gráfico 16).



O crescimento do PIB per capita em São Miguel foi positivo, mas relativamente modesto quando comparado à RI e ao Estado. O Pará apresentou forte valorização, o que indica expansão da economia estadual, provavelmente impulsionada por setores extrativos e industriais. O município, apesar da elevação contínua, ainda permanece com o menor valor per capita entre os três recortes, o que evidencia limitações estruturais na geração de riqueza local. Isso reforça a importância de políticas voltadas à diversificação produtiva e ao fortalecimento da economia municipal (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14.877/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

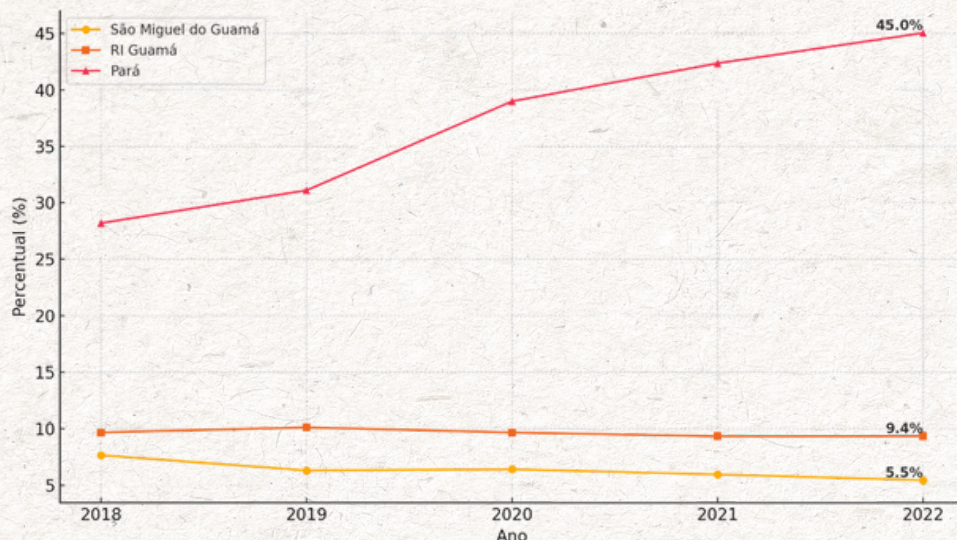


Em São Miguel do Guamá, o valor adicionado da indústria como proporção do PIB caiu de 7,7% em 2018 para 6,3% em 2019, mantendo trajetória descendente: 6,2% (2020), 6,0% (2021) e 5,5% em 2022. A RI Guamá começou com 9,7% em 2018, subiu ligeiramente para 10,1% em 2019, estabilizou em torno de 9,8% e terminou com 9,4% em 2022. Já o Pará se destacou com forte crescimento: de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022, evidenciando o peso da indústria estadual (Gráfico 17).

O desempenho industrial em São Miguel do Guamá indica perda de participação relativa da indústria na composição do PIB municipal. A RI Guamá manteve estabilidade nesse aspecto, com leve redução ao final do período, mas ainda com peso significativamente maior que o do município. A disparidade com o estado é notável e mostra que São Miguel está distante do processo de industrialização que vem beneficiando o Pará. A reversão dessa tendência exigiria investimento em infraestrutura produtiva, apoio ao setor secundário e estímulo à inovação local (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em São Miguel do Guamá, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes subiu de 10,2 em 2019 para 11,0 em 2020, disparando para 20,9 em 2021. Em 2022, houve uma queda para 15,5 e leve recuperação em 2023, com 16,0 profissionais. A RI Guamá variou de 7,6 em 2019 para 6,4 em 2020, e subiu gradualmen-

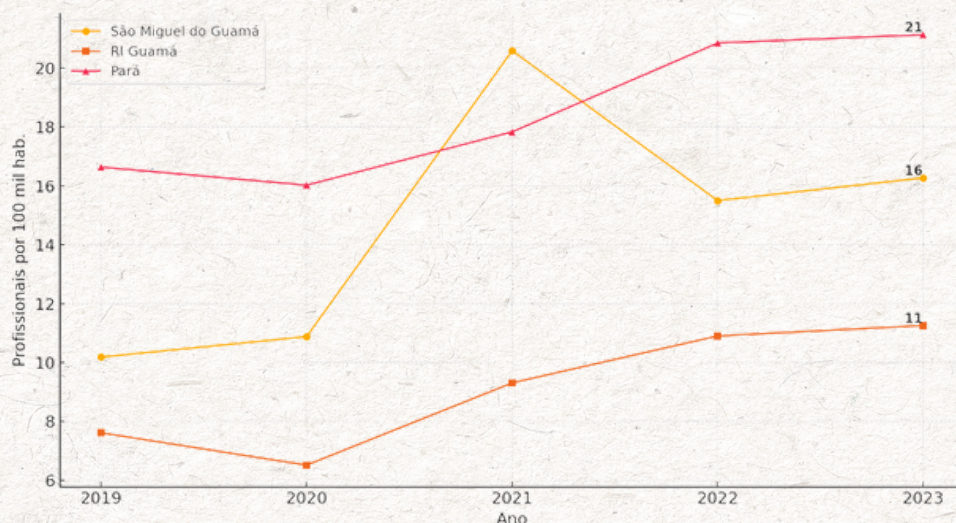


te até alcançar 11,0 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, partiu de 16,6 em 2019, manteve certa estabilidade e atingiu 21,0 em 2023, mantendo-se sempre à frente dos demais níveis (Gráfico 18).

A forte oscilação em São Miguel do Guamá entre 2020 e 2022 indica uma possível política pontual de contratação ou registro desses profissionais em 2021, não sustentada nos anos seguintes. A RI Guamá mostrou crescimento progressivo, sugerindo maior estabilidade na presença desses profissionais no território. O estado do Pará manteve um ritmo consistente de crescimento, refletindo políticas mais estruturadas de incentivo à ciência, tecnologia e inovação. Apesar da oscilação, São Miguel mantém desempenho acima da média regional em 2023, o que é um sinal positivo para o interior (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



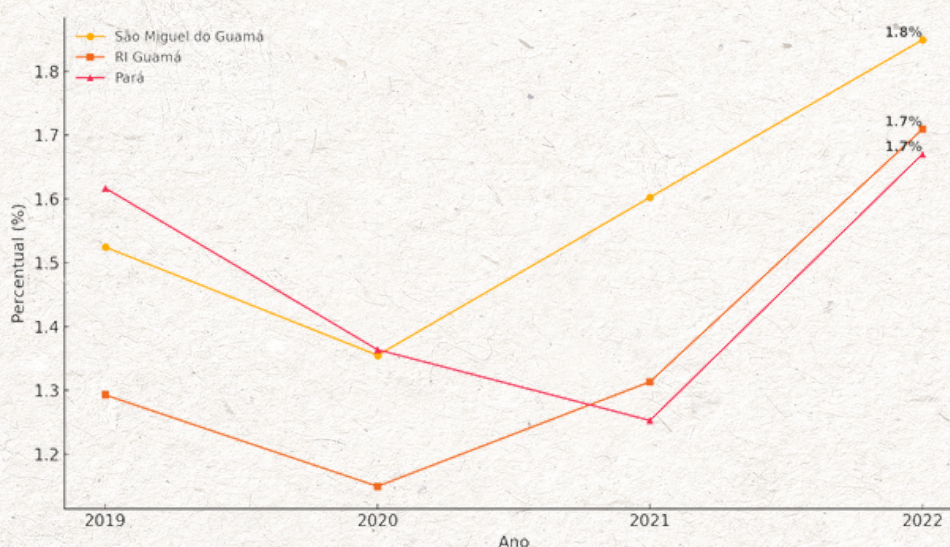
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em São Miguel do Guamá, a massa salarial representava 1,52% do PIB em 2019, caindo para 1,36% em 2020. A partir de então, houve recuperação: 1,60% em 2021 e aumento para 1,84% em 2022. A RI Guamá começou em 1,29% em 2019, caiu para 1,14% em 2020, e subiu nos anos seguintes até atingir 1,70% em 2022. O estado do Pará iniciou com 1,62% em 2019, teve queda acentuada até 1,26% em 2021 e também se recuperou em 2022, fechando em 1,70% (Gráfico 19).

Os dados revisados indicam crescimento

contínuo da participação da massa salarial no PIB de São Miguel do Guamá nos últimos três anos, sinalizando melhora na formalização e valorização dos vínculos de trabalho. O município superou a média da RI Guamá e do Pará em 2022, sendo destaque positivo na região. A tendência ascendente contrasta com a instabilidade observada no estado, que só voltou ao patamar de 2019 recentemente. O cenário é favorável, mas ainda distante de valores ideais para garantir equidade distributiva dentro da estrutura produtiva local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

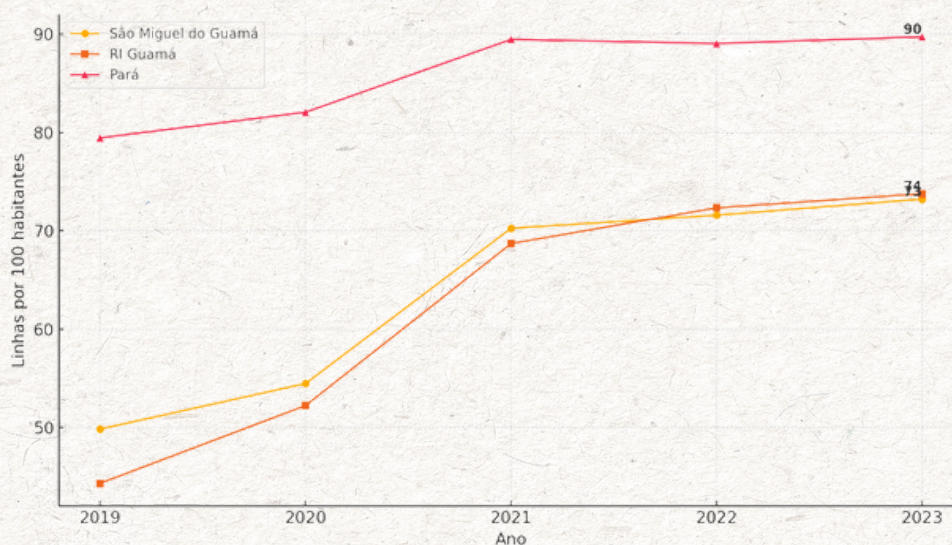
Acesso à Telefonia Móvel

Em São Miguel do Guamá, o acesso à telefonia móvel aumentou de 50 linhas por 100 habitantes em 2019 para 54 em 2020. Em 2021, houve forte elevação para 70, mantendo crescimento mais moderado em 2022 (72) e 2023 (73). A RI Guamá acompanhou trajetória semelhante, partindo de 44 em 2019 e atingindo 74 em 2023. O Pará apresentou desempenho superior, com valores acima de 79 desde 2019 e alcançando 90 linhas por 100 hab. em 2023 (Gráfico 20).

O aumento expressivo de 2020 a 2021 pode estar associado à intensificação do uso de tecnologias móveis durante a pandemia. A evolução nos três recortes indica maior cobertura e acesso, porém São Miguel e sua RI ainda estão cerca de 17 pontos abaixo da média estadual. A estabilização entre 2022 e 2023 pode apontar para limites de expansão ou desafios relacionados à infraestrutura em áreas remotas. Apesar disso, o crescimento mostra avanços consistentes na inclusão digital (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

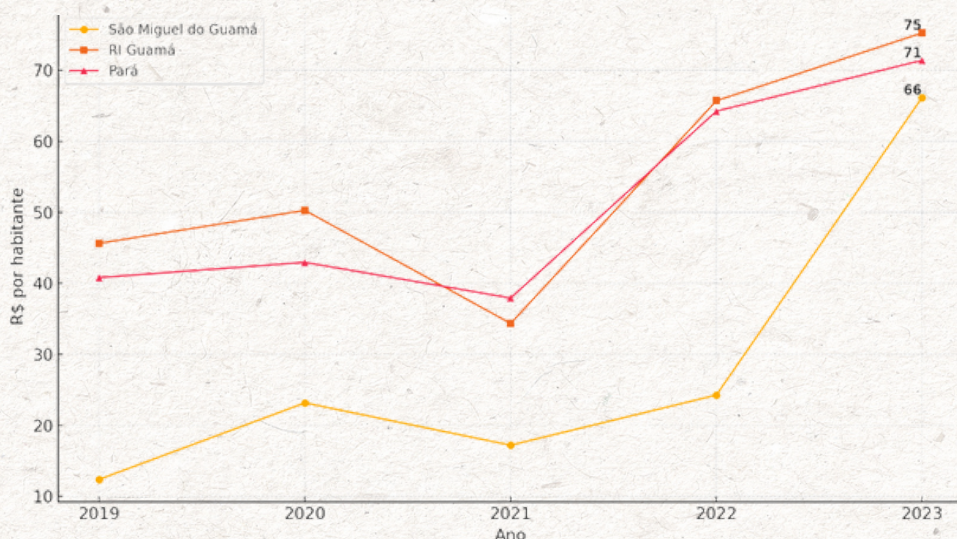
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

São Miguel do Guamá iniciou 2019 com gasto per capita de R\$ 12,2, subiu para R\$ 23,1 em 2020 e caiu para R\$ 17,1 em 2021. Nos anos seguintes, houve recuperação: R\$ 24,3 em 2022 e forte crescimento para R\$ 66,0 em 2023. A RI Guamá manteve valores mais elevados durante todo o período, indo de R\$ 45,9 em 2019 para R\$ 75,3 em 2023. O estado do Pará também apresentou crescimento, encerrando o período com R\$ 71,1 por habitante (Gráfico 21).

A recuperação em São Miguel é expressiva e demonstra maior priorização das áreas culturais e ambientais em 2023. A oscilação entre 2020 e 2021 pode estar ligada à pandemia, que redirecionou recursos para áreas emergenciais. A convergência entre os três recortes em 2023 é positiva e sinaliza possível articulação entre esferas de governo. A continuidade dessa tendência dependerá do planejamento municipal e do engajamento com políticas sustentáveis e culturais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



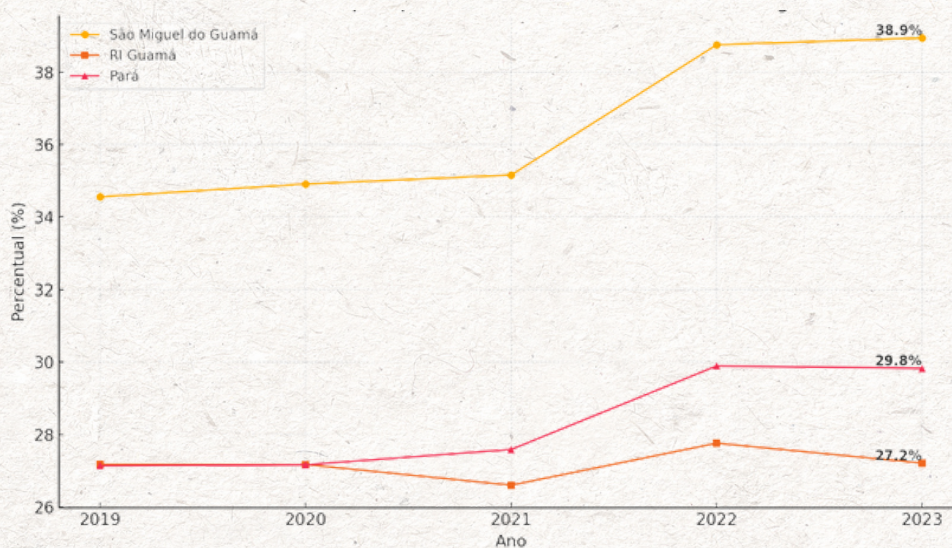
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em São Miguel do Guamá, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo foi de 34,6% em 2019, com crescimento contínuo até 38,9% em 2023. A RI Guamá, por sua vez, oscilou entre 27,3% e 27,8% no mesmo período, encerrando com 27,2%. O estado do Pará subiu de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2022, mantendo esse valor em 2023 (Gráfico 22).

O dado de São Miguel revela uma deterio-

ração nas condições de destinação de resíduos entre a população mais vulnerável, especialmente após 2021. Essa prática impacta diretamente o meio ambiente e a saúde pública. O contraste com a estabilidade da RI e do estado indica que o município está em situação mais crítica e requer ações urgentes de coleta e educação ambiental. A persistência dessa realidade pode anular avanços em saneamento e gestão ambiental local (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

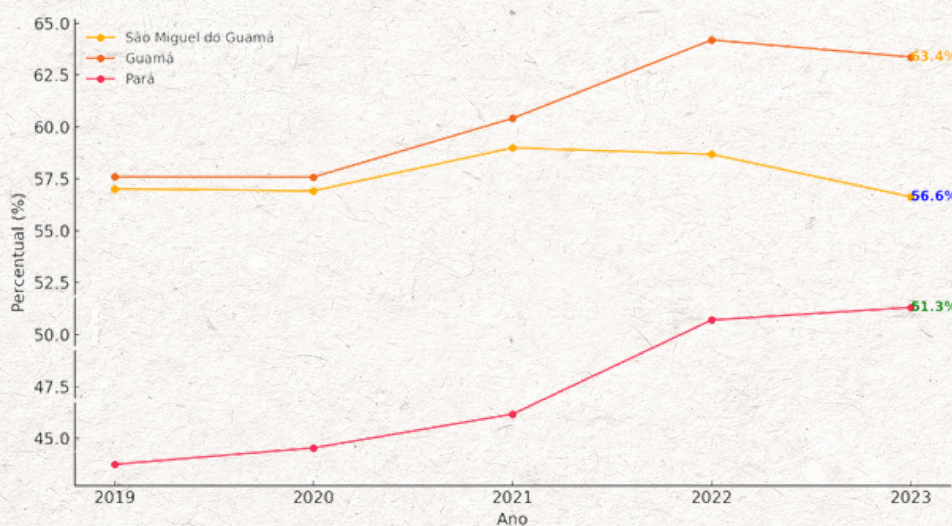
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em São Miguel do Guamá, o percentual de pessoas de baixa renda utilizando fossa rudimentar manteve-se em torno de 57,0% entre 2019 e 2020. Em 2021, subiu para 58,9%, mantendo-se próximo disso em 2022 (58,5%), e recuando para 56,6% em 2023. Na RI Guamá, a situação evoluiu de 58,2% em 2019 para 63,4% em 2023. O estado do Pará apresentou melhora mais acentuada: de 43,6% em 2019 para 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

A permanência de mais da metade da popu-

lação de baixa renda de São Miguel e sua RI em situação de esgotamento precário ao longo dos anos revela a persistência de sérios déficits de saneamento básico. A leve queda em 2023 no município é positiva, mas ainda insuficiente frente aos níveis estaduais. O desempenho do Pará, apesar de ainda crítico, demonstra maior progresso. Isso evidencia que São Miguel precisa acelerar a substituição de fossas rudimentares por soluções adequadas, como redes de esgoto ou fossas sépticas com tratamento (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

Em São Miguel do Guamá, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram fortes oscilações: R\$ 329 em 2019, disparando para R\$ 729 em 2020, depois caindo para R\$ 247 em 2021. Em 2022, houve novo salto para R\$ 611, encerrando 2023 com R\$ 535. A RI Guamá variou de R\$ 264 (2019) para R\$ 402 (2023), enquanto o Pará evoluiu de R\$ 264 para R\$ 426 no mesmo intervalo. A média estadual e regional manteve comportamento mais estável (Gráfico 24).



A grande variação no município indica alocação pontual de recursos, possivelmente motivada por eventos climáticos ou projetos específicos. A forte queda em 2021 sugere descontinuidade de programas ou reordenamento orçamentário. Apesar disso, os valores em 2022 e 2023 mantêm São Miguel acima da média estadual e da RI Guamá, o que é positivo. A consistência desses investimentos nos próximos anos será crucial para garantir segurança climática e capacidade de resposta a desastres ambientais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 535/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

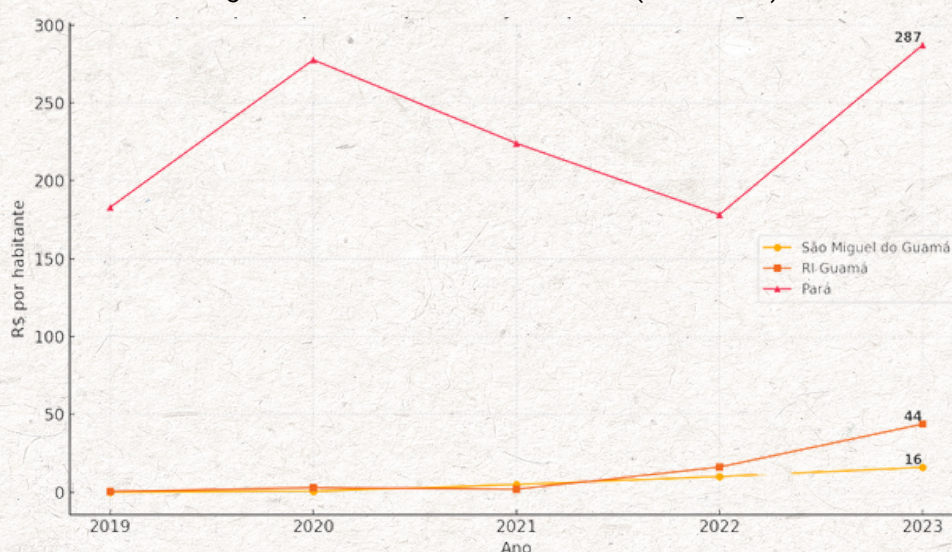
Despesa per capita com preservação aquática

Em São Miguel do Guamá, os valores foram bastante baixos: R\$ 0,1 em 2019, R\$ 0,3 em 2020, R\$ 2,1 em 2021, R\$ 8,7 em 2022, e R\$ 16,0 em 2023. A RI Guamá evoluiu de R\$ 0,4 para R\$ 44,3 no período, com forte alta nos dois últimos anos. O estado do Pará, por sua vez, partiu de R\$ 183 em 2019, subiu até R\$ 280 em 2020 e voltou a crescer em 2023, atingindo R\$ 287, o maior valor da série (Gráfico 25).

O nível de investimento em São Miguel é sig-

nificativamente inferior ao observado no estado, o que indica baixa prioridade à preservação de recursos hídricos no orçamento municipal. Apesar da melhoria contínua desde 2020, o avanço ainda é modesto e está longe da média estadual. A evolução da RI Guamá mostra que há espaço e modelo regional para maior comprometimento nessa área. Para garantir sustentabilidade hídrica, o município precisa reforçar essa linha de gasto (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

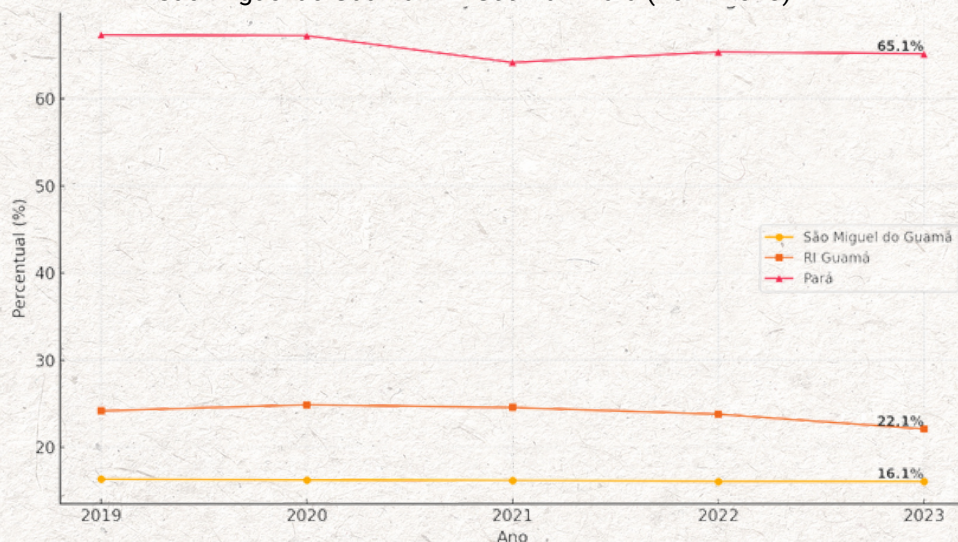
São Miguel do Guamá manteve percentual estável de floresta entre 2019 e 2021, com 16,5%, caindo levemente para 16,4% em 2022 e fechando 2023 em 16,1%. A RI Guamá manteve níveis entre 24,2% e 25,0%, encerrando 2023 com 22,1%. O Pará, por sua vez, se destacou com mais de 66% de cobertura florestal em todo o período, alcançando 65,1% em 2023, apesar de queda pontual em 2021 (63,9%) (Gráfico 26).

O município possui baixa proporção de área florestal, muito

inferior às médias regional e estadual. Essa característica territorial pode estar associada a ocupações consolidadas ou à conversão anterior do uso do solo. O dado reforça a necessidade de políticas de reflorestamento e compensação ambiental, especialmente se associadas ao combate ao desmatamento e à proteção de nascentes. A manutenção de cobertura mínima é essencial para a regulação climática e a proteção de biodiversidade local (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

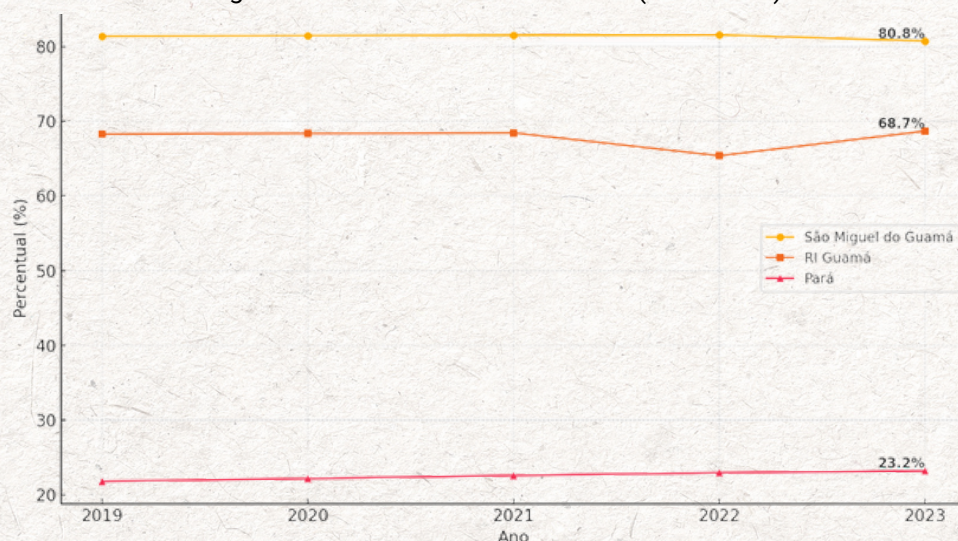
São Miguel do Guamá apresentou alta taxa de área desmatada, com 81,1% em 2019, valor que se manteve praticamente inalterado até 2023 (80,8%). A RI Guamá oscilou entre 68,4% e 69,0%, terminando em 68,7%. Já o Pará registrou percentuais significativamente mais baixos: 21,7% em 2019, subindo para 23,2% em 2023. A diferença entre os recortes é marcante, refletindo pressões ambientais desiguais (Gráfico 27).

A situação de São Miguel é crítica, com mais de 80% do

território já desmatado, o que impacta negativamente a qualidade do solo, o microclima e os recursos hídricos. A ausência de reversão dessa tendência ao longo dos cinco anos analisados evidencia a falta de ações estruturais de recuperação florestal. Mesmo a RI Guamá, embora melhor, está em patamar elevado de desmatamento. A comparação com o estado mostra que há margem para melhoria caso políticas mais efetivas de preservação sejam implementadas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

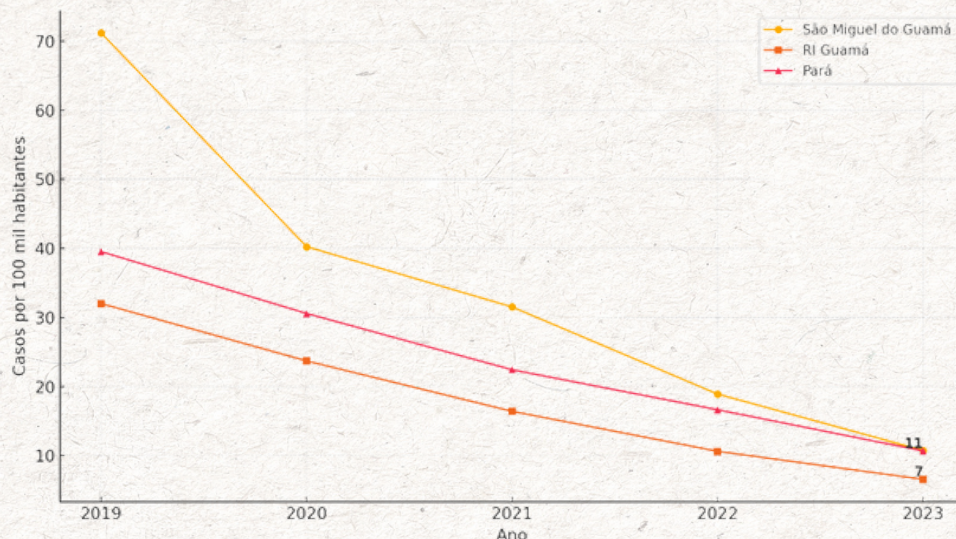
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em São Miguel do Guamá, a taxa de trabalho infantil caiu significativamente de 71 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 11 em 2023. O município apresentou reduções sucessivas: 40 em 2020, 32 em 2021, 19 em 2022 e 11 em 2023. Na RI Guamá, a taxa caiu de 32 em 2019 para 7 em 2023, enquanto o Pará reduziu de 39 para 11 casos no mesmo período. Trata-se de uma tendência positiva consistente em todos os níveis territoriais (Gráfico 28).

A queda acentuada indica o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção infantil, como fiscalização do trabalho e programas de transferência de renda. Embora o ponto de partida do município em 2019 fosse o mais crítico entre os três, sua redução proporcional foi igualmente expressiva. Em 2023, São Miguel atingiu o mesmo nível da média estadual (11), o que representa uma vitória institucional. O desafio agora é sustentar essa conquista com ações preventivas e permanentes (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

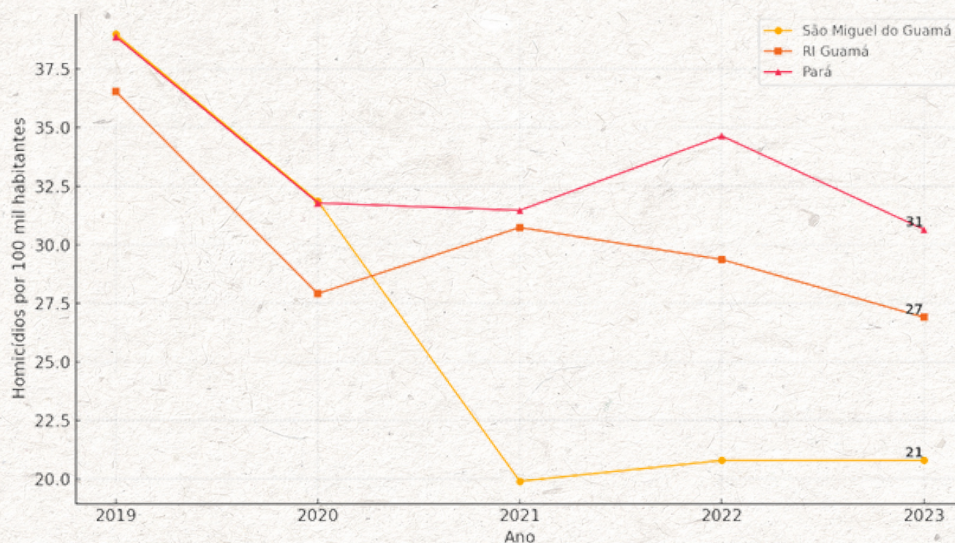
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em São Miguel do Guamá caiu de 39 por 100 mil habitantes em 2019 para 21 em 2023. Após a redução para 32 em 2020 e uma forte queda para 20 em 2021, o município estabilizou em 21 nos dois últimos anos. A RI Guamá teve oscilação menos acentuada: de 36 em 2019 para 27 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 39, manteve 31 em 2023, após alta em 2022 (35), demonstrando maior instabilidade (Gráfico 29).

A trajetória de São Miguel é marcada por uma queda abrupta entre 2019 e 2021, o que pode refletir ações locais específicas de segurança pública ou intervenção social. A estabilização posterior em um patamar mais baixo é positiva, mas ainda há diferença de 6 pontos em relação à média estadual atual. A RI Guamá, por sua vez, mostra tendência mais gradual e constante. O panorama indica avanços, mas sugere que o combate à violência deve seguir como prioridade municipal (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



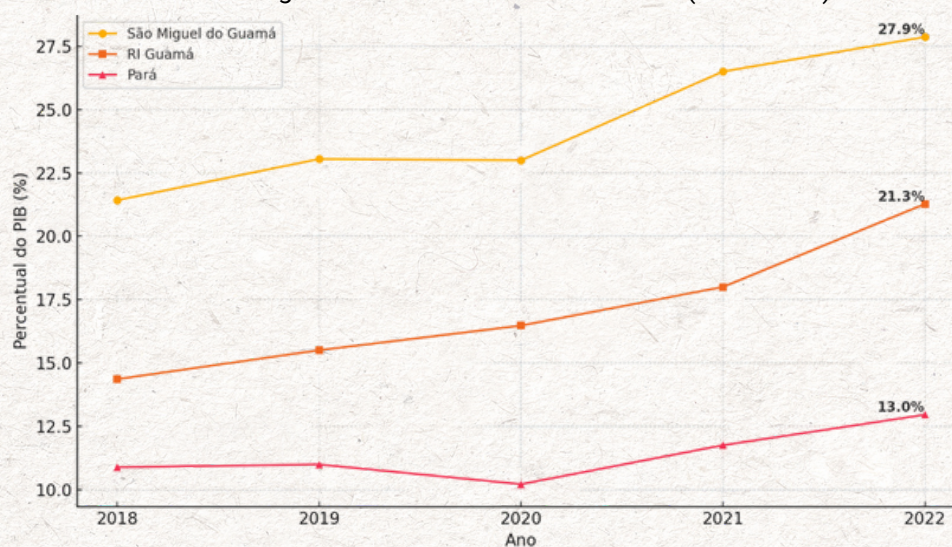
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, São Miguel do Guamá apresentou uma elevação considerável em seu gasto público municipal em relação ao PIB, passando de 21,5% em 2018 para 27,9% em 2022. O crescimento foi constante, com destaque para o salto de 23,0% em 2019 para 26,8% em 2021. A RI Guamá também cresceu, saindo de 14,3% em 2018 para 21,3% em 2022, o que indica fortalecimento da presença pública regional. Já o estado do Pará partiu de 10,9% em 2018 e chegou a 13,0% em 2022, com comportamento mais estável e discreto (Gráfico 30).

Essa tendência de expansão mais expressiva

no município sugere maior investimento direto local, tanto em serviços quanto em infraestrutura. A distância entre São Miguel do Guamá e o estado em 2022 é de quase 15 pontos percentuais, evidenciando um esforço municipal superior à média estadual. Esse aumento pode indicar maior arrecadação relativa, priorização de gastos públicos ou crescimento de políticas redistributivas locais. A Região de Integração acompanha a tendência, embora em menor escala. Isso mostra que, regionalmente, o poder público local tem ampliado sua participação econômica mais intensamente que o nível estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

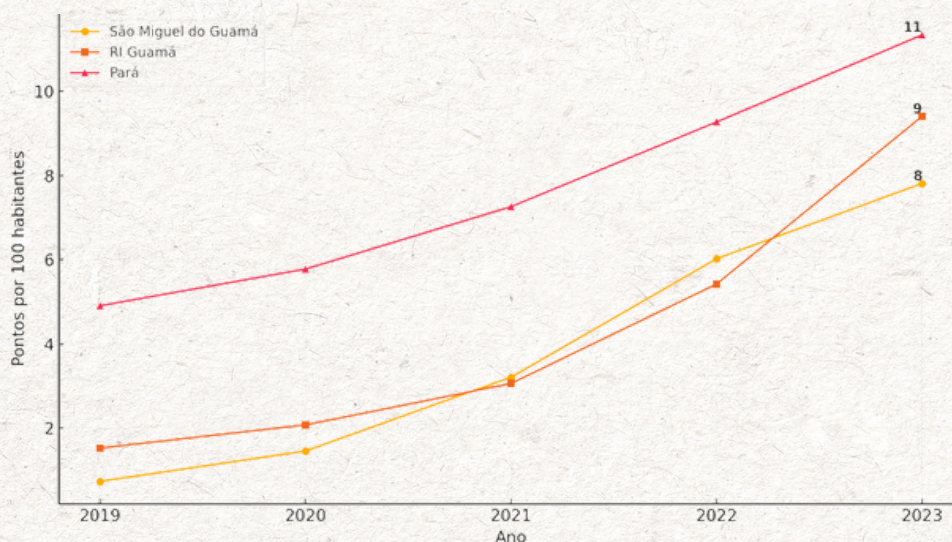
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa cresceu em todas as esferas analisadas. Em São Miguel do Guamá, o indicador passou de 0,7 pontos por 100 habitantes em 2019 para 8 em 2023. A RI Guamá avançou de 1,6 para 9 pontos, ultrapassando o município em 2023. O estado do Pará apresentou o maior crescimento absoluto: de 4,9 em 2019 para 11 pontos em 2023, mantendo-se acima dos demais territórios em todos os anos. Nota-se que a aceleração foi mais intensa a partir de 2021, quando os dados praticamente triplicam em cada região (Gráfico 31).

O crescimento da conectividade nos últimos anos é expressivo, embora o ponto de partida do município fosse bastante inferior à média estadual. São Miguel praticamente igualou a média da região de integração, reduzindo a defasagem. Ainda assim, em 2023, permanece com uma diferença de 3 pontos abaixo do estado. A expansão acelerada pode estar relacionada a políticas públicas de inclusão digital e investimentos de operadoras privadas. A melhora é positiva, mas evidencia a necessidade de ampliar o alcance em zonas rurais e populações de baixa renda, especialmente onde a desigualdade tecnológica ainda persiste (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

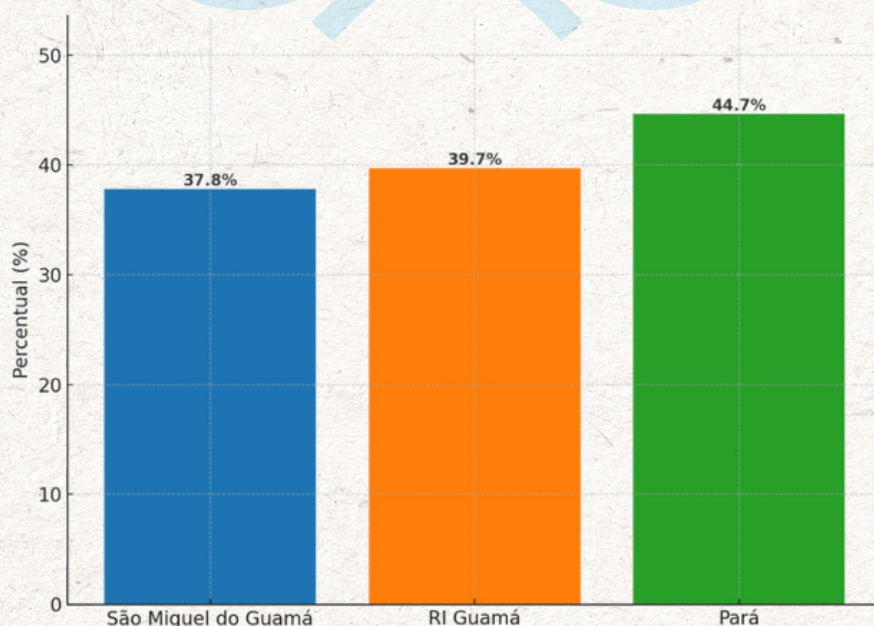
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São Miguel do Guamá** registrou um IDS de **37,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Miguel do Guamá x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



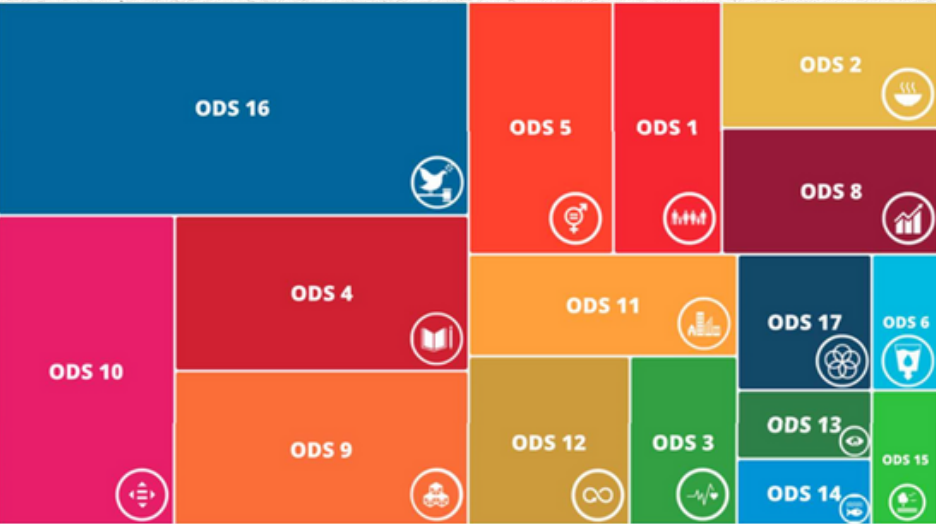
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São Miguel do Guamá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São Miguel do Guamá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

